

# JORNAL meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 33°  
Mínima: 23°

ANO XXII - Nº 8977 - TERESINA (PI), SEXTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2017

VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00  
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

## SUBCONCESSÃO

# Firmino pede agilidade sobre Agespisa

O prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB) reuniu-se com o governador do Estado, Wellington Dias (PT) para tratar de conclusão de obras na Capital, como anel viário, duplicação das BRs-343 e 316 e da subdelegação dos serviços da Agespisa, abastecimento de água e esgoto por empresa que venceu a licitação da Parceria Público-Privada (PPP).

Durante encontro no Palácio de Karnak, o governador e o prefeito defenderam agilidade na decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) sobre a subdelegação dos serviços de água e tratamento de esgoto da Agespisa, que já foi licitada e escolhida empresa no sistema de Parceria Público-Privada (PPP).

Firmino disse que a Prefeitura e o Governo do Estado têm o desafio de resolver os problemas de tratamento de água e esgoto, e que o município já deu a concessão dos serviços o governo está encontrando alternativas para cumprir as metas que tem



**ENCONTRO:** governador e prefeito trata sobre a Agespisa

com Teresina. O prefeito falou que o processo licitatório da subdelegação da Agespisa está adiantado e que espera que seja bem-sucedido para resolver os problemas e massificar o esgotamento sanitário em Teresina.

O governador Wellington Dias disse, após a reunião no Palácio de Karnak que o encontro foi muito produtiva às vésperas do Carnaval. Dias declarou que é grato ao prefeito, pois apresenta bons projetos e que sua ree-

leição, com a experiência que tem, dá segurança para a Prefeitura por ter uma pessoa com o requisito, podem acelerar as obras que estão em andamento.

Segundo ele, o Estado é parceiro e quer seguir nessa parceria nas obras de mobilidade urbana, como obras feitas pela Prefeitura, que são os corredores de ônibus, a integração do sistema de ônibus com o metrô, que é um desafio para fazer acontecer ainda este ano.

Wellington Dias afirma que na área de saneamento, conversaram para chegar a uma solução que permita garantir os investimentos para universalizar o abastecimento e tratamento de esgoto em Teresina.

“Tratamos das obras da saída da cidade, como o anel viário, o viaduto da Avenida Miguel Rosa e também da área de serviço social, que é feito pelo município, mas que o governo do Estado precisa dar contrapartidas”, diz. Ele fala que há um conjunto de obras e serviços praticados pelo município e Estado e precisam seguir trabalhando juntos.

“Concluimos que o ano de 2017 é desafiador e que precisa muito cuidado nas tomadas de decisões para integrar, no que for possível, com Governo Federal às ações do Governo do Estado com o município. Vamos trabalhar novos planos, nos projetos que o município tem na área de calçamento, levando os benefícios para a cidade”, declarou Wellington. (E.R.)

AGESPISA

## Após ameaça, Firmino decide aguardar decisão do TCE

O governador Wellington Dias (PT) e o Prefeito Firmino Filho (PSDB) estiveram reunidos nesta quinta-feira (23) para tratar, dentre outros assuntos, da subconcessão da Agespisa. Firmino afirmou que vai esperar a resolução do problema por parte do Governo junto ao TCE, descartando, assim, a ideia de municipalizar o órgão.

O Prefeito havia declarado anteriormente que a cidade não poderia ficar refém dos problemas da Agespisa e ameaçou tomar uma decisão, seja com o rompimento do contrato ou com a municipalização dos serviços. "Quere-

mos uma definição sobre o caso, o mais rápido possível", resumiu Firmino após a reunião de ontem.

O processo ainda continua em tramitação no TCE. Só após a conclusão dos estudos da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (DFENG) é que o órgão irá se posicionar diante da denúncia de fraude no processo licitatório. Enquanto isso, o Governo, em hipótese alguma, poderá assinar o contrato com a empresa vencedora da licitação.

Sem querer detalhar o assunto da conversa com o Governador, o Prefeito disse que aproveitou a oportunidade

para discutir outros problemas. "São vários problemas que temos em comum, como a própria questão da água e esgoto, como a assistência social, além das obras de mobilidade urbana que estão sendo feitas na cidade", pontuou.

O Governador Wellington Dias (PT) disse que o objetivo da reunião era de fechar um cronograma comum entre a Prefeitura e o Governo com relação aos assuntos de interesse dos dois órgãos. "A ideia é a gente trabalhar integrado para que não haja um descompasso", afirmou Dias.

(Ithyara Borges)



Jorge H Bastos/CCOM

O prefeito Firmino Filho se reuniu ontem com o governador Wellington Dias para tratar da Agespisa



IMPOSITIVAS

# Emendas para o carnaval já chegam a R\$ 2,5 milhões

A liberação de emendas parlamentares impositivas para as festas de carnaval neste ano chegam a R\$ 2,5 milhões. Os recursos estão sendo liberados pela Secretaria de Estado da Cultura sob orientação dos deputados estaduais. Ao O DIA, o secretário de Cultura, Fábio Novo, explicou que o governo estadual não tem recurso para organização das festas, mas em caso de emendas impositivas, é um direito de cada parlamentar orientar o destino e cabe ao Governo apenas repassar.

“De fato a orientação do governador é de não colocar recursos do Estado no carnaval, até porque não tem como destinar recursos para todas as cidades,

mas nos casos das emendas, verificamos a legalidade e fazemos a liberação. Para este ano, só os recursos das emendas impositivas é que estão sendo destinados ao carnaval”, apontou o secretário.

Na terça-feira (21), O DIA adiantou que R\$ 1,25 milhão de recursos foram empenhados na contratação de empresas que organizam o carnaval no interior. Quarta (22), foi a vez das cidades de Corrente, Monte Alegre do Piauí, Ilha Grande, Valença, Manoel Emídio, Monsenhor Gil, Luís Correia, Capitão de Campos, Buriti dos Montes, Boa Hora, Cocal de Telha e Novo Oriente receberam juntas R\$ 1,3 milhão de recursos de emenda, somando R\$ 2,5 no total dos re-

ursos liberados para o carnaval no interior.

Luís Correia, com R\$ 250 mil, é a cidade que recebeu o maior valor entre os recursos liberados. Buriti dos Montes e Boa Hora receberam R\$ 50 mil. As demais receberam R\$ 100 mil. O deputado Gustavo Neiva, com R\$ 350 mil lidera o total de recursos liberados (22) para o carnaval. Dr. Pessoa, Antônio Felix, Georgiano Neto, Fábio Novo, Themistocles Filho, João Madison, Dr. Hélio, Firmino Paulo, Juliana Falcão, Joel Rodrigues e Pablo Santos são os deputados que destinaram recursos de emenda impositiva para o carnaval.

(João Magalhães)

Editoria de Política. Página 3

SEXTA

24 de fevereiro de 2017 | Teresina - Piauí | Ano 29 - Nº 11034 | R\$ 2,00 - Outros estados R\$ 3,50

# DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

EVEMDI AR DO ASSINANTE

## MPE quer anular compras e contratos feitos sem licitação nos municípios

**Luciano Coelho**  
Repórter de Política

Com gastos e contratos feitos sem licitação com base em decretos de emergência ou calamidade, o Ministério Público está ajuizando ações civis por improbidade administrativa contra os prefeitos. Os promotores foram orientados pelo Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (Cacop) para representar contra os prefeitos que realizaram contratos e compras sem obedecer as exigências legais.

A coordenadora do Cacop, promotora Everângela Araújo Barros, confirmou que pelo menos 30 municípios foram auditados. Os promotores e auditores do TCE averiguaram in loco o decreto e a real situação da cidade.

Ela disse que os decretos descreviam uma situação de caos. E não foi isso que foi encontrado na maioria dos municípios. E nessas cidades, os decretos não foram reconhecidos. A

recomendação do MPE é para anular os decretos, sob pena do ajuizamento de ação de improbidade contra os prefeitos.

No município de União, a promotora Gianni Carvalho disse que não justificava o decreto editado pelo prefeito Paulo Henrique Costa. "O decreto não se sustenta, sendo visível a ilegalidade do ato, considerando que o município possui capacidade financeira própria".

O decreto "dispensa em caráter urgente a licitação para contratação direta de aquisição de combustíveis para atender a necessidade da Prefeitura de União e a contratação direta de aquisição de medicamentos para as Unidades de Saúde do Município". O MP apurou que duas empresas foram contratadas, cada uma com valores acima de R\$ 300 mil.

O procurador de União, Pedro Costa, disse que todos os atos da prefeitura são legais. "Antes do ajuizamento da ação esse decreto foi revogado, porque o prefeito ponderou que não havia mais necessidade", afirmou.

O MP pediu a anulação dos decretos e dos contratos, sob pena de ajuizar as ações contra os prefeitos. O TCE também recomendou a nulidade sob pena da reprovação das prestações de contas.

A promotora comentou que tanto o MPE, quanto o TCE reprovam as compras e serviços sem licitação. Esses atos devem ser anulados e, se não fizer, vamos à justiça pelo desvio de finalidade, recomendou Everângela Araújo.

O presidente da APPM, Gil Carlos Modesto, disse que os municípios onde o TCE e o MPE observaram o descumprimento, os prefeitos devem recuar dos decretos para evitar maiores transtornos para a administração.

"O decreto não isenta de cumprir as normas da administração. E a ausência da licitação para adquirir bens, serviços e obras, deve ter licitação ou tomada de preços, com transparência e publicidade de até 5 dias antes do contrato. O decreto não desobriga", acrescentou Gil Carlos.

### Prefeito abre licitações de R\$ 5 milhões às vésperas do Carnaval

No município Várzea Branca, o prefeito Idevaldo Ribeiro, pretende realizar seis licitações marcadas para hoje, sexta (24). Todos os contratos somam mais de R\$ 5 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão para compra de combustível e R\$ 1,7 para material de consumo.

As licitações ainda incluem a compra de merenda escolar no valor de R\$ 720 mil, de medicamentos e material hospitalar no valor de R\$ 771.041,50, para transporte escolar no valor de R\$ 225 mil, para peças para veículos no valor de R\$ 250

mil, dentre outros itens de menor valor.

Os valores e o período para as licitações chamou a atenção do Tribunal de Contas e do Ministério Público que estão de olho no certame na cidade de Várzea Branca. (LC)



# POLÍTICA

ÁGUA E ESGOTO

## Firmino se reúne com Wellington e desiste de criar empresa municipal



Foto: Jorge Henrique/Estreou/CCDM

Na reunião, a portas fechadas, Wellington e Firmino trataram das parcerias na capital

Luciano Coêlho  
Editor de Política

O governador Wellington Dias (PT) e o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), conversaram

a portas fechadas, ontem pela manhã, no Palácio de Karnak, e resolveram dar uma trégua sobre a subconcessão da Agespisa. O prefeito recuou na ideia de municipalização e resolveu aguardar uma decisão do governo.

O prefeito de Teresina, Firmino Filho, teve uma reunião ontem (23) com o governador Wellington Dias onde trataram sobre a situação da parceria para a gestão do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos da

capital. Firmino mudou de ideia quanto ao prazo para a criação de uma empresa municipal para gerir o sistema, se não for efetivada a licitação e o contrato de subconcessão.

"O que a gente quer é que exista uma definição sobre o caso. O que não pode é continuar sem uma definição, porque é importante, é necessário que essas reformas sejam feitas", adiantou o prefeito depois da audiência com o governador no Palácio de Karnak.

O governador está tentando resolver o problema junto ao Tribunal de Contas do Estado, depois que a empresa derrotada na licitação alegou irregularidades no processo. Vendo o problema ser postergado e o Estado não cumprindo o contrato assinado com a prefeitura sobre a concessão do sistema, Firmino estabeleceu o prazo até junho para que o governo conseguis-

se resolver a questão.

Inicialmente, o governador disse que seriam tratadas diversas parcerias que existem entre o Estado e a Prefeitura. Depois, ele confirmou que o foco mais urgente era a subconcessão. "Temos várias obras em comum. Estamos vendo como poderemos trabalhar a conclusão delas, a exemplo do anel viário, ponte do meio, as avenidas e ruas, o sistema de integração de ônibus. Queremos ter um cronograma comum para conduzir essas obras", declarou Wellington Dias.

O governador agradeceu ao prefeito por contribuir para a gestão de Teresina com sua experiência. Ele disse que está empenhado em solucionar o problema. Eles não quiseram antecipar o resultado da conversa em relação a subconcessão, mas informaram que vão aguardar o posicionamento do TCE sobre o assunto.

Editoria de Política. Página 3

## Após ameaça, Firmino Filho decide aguardar decisão do TCE

O prefeito havia declarado anteriormente que a cidade não poderia ficar refém dos problemas da Agespisa e ameaçou tomar uma decisão, seja com o rompimento do contrato ou com a municipalização dos serviços.

24/02/2017 06:41h



O governador Wellington Dias (PT) e o Prefeito Firmino Filho (PSDB) estiveram reunidos nesta quinta-feira (23) para tratar, dentre outros assuntos, da subconcessão da Agespisa. Firmino afirmou que vai esperar a resolução do problema por parte do Governo junto ao TCE, descartando, assim, a ideia de municipalizar o órgão.

O prefeito havia declarado anteriormente que a cidade não poderia ficar refém dos problemas da Agespisa e ameaçou tomar uma decisão, seja com o rompimento do contrato ou com a municipalização dos serviços. "Queremos uma definição sobre o caso, o mais rápido possível", resumiu Firmino após a reunião de ontem.



*O prefeito Firmino Filho se reuniu ontem com o governador Wellington Dias para tratar da Agespisa (Foto: Jorge Batos/Ccom)*

O processo ainda continua em tramitação no TCE. Só após a conclusão dos estudos da Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (DFENG) é que o órgão irá se posicionar diante da denúncia de fraude no processo licitatório. Enquanto isso, o Governo, em hipótese alguma, poderá assinar o contrato com a empresa vencedora da licitação.

Sem querer detalhar o assunto da conversa com o Governador, o Prefeito disse que aproveitou a oportunidade para discutir outros problemas. "São vários problemas que temos em comum, como a própria questão da água e esgoto, como a assistência social, além das obras de mobilidade urbana que estão sendo feitas na cidade", pontuou.

O Governador Wellington Dias (PT) disse que o objetivo da reunião era de fechar um cronograma comum entre a Prefeitura e o Governo com relação aos assuntos de interesse dos dois órgãos. "A ideia é a gente trabalhar integrado para que não haja um descompasso", afirmou Dias.


Link: <http://www.portalodia.com/noticias/politica/apos-ameaca,-firmino-filho-decide-aguardar-decisao-do-tce-293950.html>

# TCE aprova com ressalvas prestação de contas do prefeito Didiu

Os conselheiros decidiram que as falhas que restaram não ensejam a reprovação das contas, então elas foram aprovadas com ressalvas.


BÁRBARA RODRIGUES

24/02/2017 © 08h52 - atualizado © 08h52

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O prefeito de Paulistana, Gilberto José de Melo, mais conhecido como Didiu, teve a prestação de contas aprovada com ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) e determinou a aplicação de multa.

No julgamento foram encontradas algumas irregularidades na prestação de contas, como ausência de licitação, no valor total de R\$ 2.592.805,87 milhões, fracionamento de despesas no total de R\$ 131.320,00 mil, realização de despesas não pertinentes na Função Educação e realização de despesas não pertinentes na Função Saúde.

Apesar das falhas encontradas, o prefeito Didiu conseguiu sanar algumas das irregularidades. Os conselheiros decidiram que as falhas que restaram não ensejam a reprovação das contas, então elas foram aprovadas com ressalvas e foi aplicada multa ao prefeito no valor correspondente a 700 UFR-PI.

Participaram do julgamento os conselheiros Kleber Dantas Eulálio Luciano Nunes Santos, Abelardo Pio Vilanova e Silva, Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Delano Carneiro da Cunha Câmara, além do representante do Ministério Público de Contas, o procurador Leandro Maciel do Nascimento. A decisão é do dia 7 de fevereiro.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-aprova-com-ressalvas-prestacao-de-contas-do-prefeito-didiu-1-409796.html>




# Tribunal vai julgar recurso da ex-prefeita Vânia Ribeiro


Em parecer do dia 16 de fevereiro, a procuradora Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa, se manifestou pelo não provimento do recurso.

BÁRBARA RODRIGUES

23/02/2017 © 21h25 - atualizado © 21h28

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar no próximo dia 2 de março o Recurso de Reconsideração interposto pela ex-prefeita Vânia Regina de Carvalho Ribeiro contra decisão que emitiu parecer prévio pela reprovação das contas de governo da prefeitura de Cajueiro da Praia referente ao exercício de 2013.

Ela teve as contas reprovadas após o TCE encontrar algumas irregularidades, como déficit de arrecadação de R\$ 4.512.898,43 milhões, ausência de arrecadação de IPTU durante o exercício de 2013, despesa de pessoal do Poder Executivo representou 60,92% em relação a receita corrente líquida, portanto acima do limite que é 54%, entre outras coisas.

Após a decisão, a ex-prefeita ingressou com o recurso com objetivo de modificar a decisão de reprovação para que seja emitido um parecer prévio pela aprovação das contas de governo. Vânia Regina apresentou documentação com o objetivo de sanar todas as falhas encontradas.

“Os valores lançados quando da abertura do exercício de 2013 encontram-se absolutamente corretos, inexistindo, portanto, a falha. Diante disso, como não restou caracterizado qualquer prejuízo ao erário e, a falha já foi devidamente sanada quando do julgamento de 2012. Requer, nesse aspecto, o julgamento de regularidade sem ressalva”, afirmou.

Em parecer do dia 16 de fevereiro, a procuradora do Ministério Público de Contas, Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa, se manifestou pelo não provimento do recurso, mantendo-se a emissão de parecer prévio pela reprovação das contas de governo, por entender que a ex-prefeita não conseguiu sanar as falhas encontradas.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-vai-julgar-recurso-da-ex-prefeita-vania-ribeiro-409595.html>